

A história da educação em perspectiva comparada no contexto luso-brasileiro:

duas décadas de produção

Silvia Alicia Martínez*

Donaldo Bello de Souza**

Resumo:

O texto discute parte dos resultados de levantamento documental nacional e internacional, aqui enfocando a produção científica relacionada à história da educação em perspectiva comparada Brasil-Portugal, publicada no período 1986-2006. Os estudos vinculados a esta temática encontram-se reunidos em seis categorias: produção e circulação internacional de saberes pedagógicos, historiografia da educação, escolarização primária, infância, profissão docente e disciplinas escolares. Dentre outros aspectos, a análise desta produção permite observar um predomínio quantitativo dos estudos que abordam a primeira temática, assim como ausências e lacunas de determinados temas importantes, revelando caminhos que precisam ser mais bem explorados.

Palavras-chave:

levantamento documental; história da educação; educação comparada.

*. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Membro do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PGPS – CCH – UENF).

** Possui Pós-doutorado em Política e Administração Educacional pela Universidade de Lisboa e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor adjunto na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

The history of education in comparative perspective in the portuguese-brazilian context: two decades of development

Silvia Alicia Martínez
Donaldo Bello de Souza

Abstract:

The aim of this study was to discuss part of the results of a national and international documentary survey in comparative perspective between Brazil and Portugal focusing on the scientific publication related to the history of education published from 1986 to 2006. The studies collected are divided into the following six thematic categories: development and international circulation of pedagogical knowledge, Historiography of Education, Primary Education, Childhood, Teaching profession and school disciplines. The analysis of this study allows one to observe a quantitative predominance of studies that approach the first category, as well as the absence and gaps of certain themes, revealing areas that should be further researched.

Keywords:

documentary survey; history of education; comparative education.

Introdução

Os estudos ditos comparados vêm progressivamente assumindo centralidade no campo das Ciências da Educação, afirmando-se enquanto área interdisciplinar que se funda numa atividade analítico-comparativa, por isso mesmo dependente da conceituação e do emprego de uma teoria da comparação, configurando-se, a um só tempo, em prática científico-social (Nóvoa, 1998).

Do ponto de vista histórico, a Educação Comparada (EC) teria percorrido caminhos nos e pelos quais seu sentido e função viriam sendo processualmente ressignificados, o que implica considerar que ao longo do tempo a relação com *o outro* tem se modificado, com impactos nos modelos de classificações, comparações e hierarquizações empregados nessas análises.

No presente século, a EC não se encontraria necessariamente associada aos processos de análise dos sistemas de ensino como produções autônomas no interior dos estados nacionais (Meyer; Ramírez, 2002) –, mas se movendo dos sistemas de ensino para as escolas, das estruturas para os atores sociais, do plano das ideias para o do discurso, dos fatos para a dimensão política (Nóvoa, 2005a), buscando identificar novos problemas, pondo em prática novos modelos de análise e formas de abordagem (Nóvoa, 1998), de modo que produza novos sentidos para os processos educacionais (Ferreira, 2008; Madeira, 2008; Pereyra, 2000; Schriewer, 2000, 2002).

É nesse contexto mais recente que se assiste à emersão e consolidação de enfoques de EC como o sócio-histórico e o que confronta o global ao local, paralelamente à atualização de outras formas de análise, como as de cunho tipicamente descritivo sobre os sistemas educacionais, as que visam identificar diferenças pela via dos condicionantes estruturais sociais, econômicos ou culturais e as ditas perspectivas críticas, comprometidas com os processos de transformação das realidades em comparação, conforme tipificado por Nóvoa (1998).

Esse movimento de renovação da EC estaria marcado por um conjunto complexo de mutações que se estendem desde os sinais de

adensamento das problemáticas educativas transculturais, passando pelo enfraquecimento dos Estados-Nações e pela globalização, entendendo este último enquanto fenômeno de expansão e interdependência cultural (Malet, 2004). Imporia, com isso, novos desafios às análises comparativas em educação, como as relacionadas às análises dos seus processos de regulação, apropriação e transformação regional/local das regras da globalização cultural; a maior atenção em relação aos conteúdos da educação e não unicamente aos seus resultados; implicando, a um só tempo, reconfiguração dos processos de produção dessas identidades (nacionais, locais, regionais), agora reconhecidamente híbridos (Madeira, 2003, 2009).

Nesse cenário, a EC estaria a expor imbricações não apenas relacionadas à esfera das transformações pelas quais passa a Europa, mas também em termos dos seus desdobramentos junto à América Latina, especialmente em decorrência do que Madeira (2009, p. 55) denomina “*Europeização* educacional” ou, conforme sinalizado por Lima, Azevedo e Catani (2008, p. 12), “‘desnacionalização’ da educação superior ou, de outro ponto de vista, [...] ‘europeização’ das universidades e outras escolas superiores [...]”. Em alusão às reformas do ensino superior europeu, desencadeadas pós-Declaração de Bolonha¹, em 1999, esses autores irão sinalizar que a construção do espaço europeu da educação virá também a considerar os seus prolongamentos extracontinentais, como no caso da criação do espaço União Europeia-América Latina e Caribe (UEALC).

O espaço UEALC surge no âmbito da Conferência dos Ministros da Educação da União Europeia, América Latina e Caribe sobre o Ensino Superior, realizada no ano de 2000, em Paris, visando fortalecer as relações bilaterais e multilaterais entre os países signatários em termos do

1. Declaração conjunta de 29 ministros da Educação europeus reunidos em Bolonha, a 19 de junho de 1999, por intermédio da qual foi assumido o compromisso de constituição de um espaço europeu de educação superior “compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de países terceiros” (Lima; Azevedo; Catani, 2008, p. 10).

intercâmbio do conhecimento, da transferência de tecnologia e da circulação discente, docente, de pesquisadores e técnicos (Madeira, 2009).

Do ponto de vista do relacionamento cultural e científico Brasil-Portugal, o espaço UEALC irá somar-se a um certo conjunto de acordos bilaterais, multilaterais e convênios entre esses países, destacando-se, por exemplo, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, firmado em 2000, com seus desdobramentos, em 2005, na assinatura do Programa de Cooperação no Âmbito da Subcomissão Social, Ciência e Tecnologia, Juventude e Desporto para 2006-2009, que abarca, por exemplo, as áreas da educação, ciência, tecnologia e o ensino superior (Madeira, 2009).

Embora esses acordos e convênios ainda sejam escassos, a exemplo da cooperação bilateral entre as instituições de ensino superior desses dois países (Madeira, 2009), nota-se que começam a apresentar sinais de crescimento justamente quando a integração europeia se concretiza, ao final dos anos de 1980, momento em que Portugal restabelece a formulação de políticas atlânticas, minoradas ao longo da priorização de sua política de integração à Comunidade Europeia (CE). Assim, estaria em vista o estabelecimento de novas relações entre Portugal e suas ex-colônias, baseadas na língua e, de modo amplo, na cultura, sugerindo a retomada da ideia de uma comunidade lusófona que, em face dos interesses da CE, também se manifestariam no campo político e econômico (Freixo, 2001).

Contudo, Madeira (2009) adverte que essa aproximação atual da Europa com a América Latina, e, particularmente, de Portugal em relação ao Brasil, estaria revestida tanto por uma retórica da identidade, frágil em virtude da ausência de uma política cultural bilateral efetiva, quanto pela tendência atual em, ideologicamente, considerá-la resultado de afinidades de ordem cultural, ou movidas pelo conhecimento mútuo ou por determinadas familiaridades. Viria escamoteando, portanto, o “interesse da Europa em renovar para si própria um projecto de expansão, aquém e além fronteiras” (Madeira, 2009, p. 55).

Considerando que a cooperação internacional e a EC são campos de forte correlação, mutuamente implicados (Araújo, 1996; Capanema, 1996; Ireland, 1996), e ainda o fato de que os autores do presente texto, em levantamento documental preliminar, realizado no Brasil e em Portugal,

identificaram escassez e incipiência de estudos no campo da Educação Comparada Brasil-Portugal (ECBP), decidiu-se levar a efeito pesquisa sistematizada em torno desses estudos, de caráter exaustivo², para poder elaborar o seu “estado do conhecimento”³ com base no período 1986-2006, tendo-se seguido, tanto no Brasil quanto em Portugal, idênticos critérios e procedimentos na fase de coleta de dados, coleta esta que se prolongou, pela sua própria complexidade, por três anos⁴.

Do ponto de vista de sua abrangência, o levantamento documental visou selecionar estudos que viessem a expor coesão em relação ao eixo temático ECBP, circunscritamente a obras que, de fato, indicassem emprego de alguma metodologia de análise comparada⁵ e não unicamente

2. Inicialmente, a análise dessa produção visou subsidiar e dar respostas a demandas pontuais relacionadas ao estágio pós-doutoral dos autores do presente texto, então em curso no âmbito da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade de Lisboa, para, em seguida, vir a constituir-se num subprojeto comum às duas pesquisas.
3. Entende-se por estado do conhecimento ou estado da arte o mapeamento e discussão de determinada produção acadêmica e científica em um campo do conhecimento definido, caracteristicamente pautado em resumos de fontes documentais diversas, com metodologia inventariante e descritiva (Ferreira, 2002; Nóbrega-Therrien; Therrien, 2004).
4. No Brasil, o levantamento documental foi realizado em dois momentos: inicialmente, de março a julho de 2006 e, em seguida, de setembro a dezembro de 2007, com consultas remotas e presenciais. Por seu turno, o levantamento documental em Portugal deu-se em três etapas: de fevereiro a julho de 2007, de janeiro a março de 2008, com revisão e complementação do trabalho em julho e agosto de 2008, implicando consultas remotas e presenciais a bibliotecas universitárias sediadas nas várias regiões daquele país. Em ambos países, analisaram-se dissertações e teses, livros, artigos em periódicos e, ainda, trabalhos em anais de determinados eventos científicos, cobrindo o período 1986-2006 (Souza; Martínez, 2009).
5. No Brasil e em Portugal, os critérios e procedimentos adotados na fase de coleta de dados foram os mesmos. No processo de busca eletrônica, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Brasil-Portugal, luso-brasileiro, educação comparada, comparação em educação e perspectiva comparada. Inventariaram-se obras, exclusivamente: i) limitadas ao período 1986-2006; ii) de autoria ou coautoria de pessoa física, não se agregando referências assinadas por entidades coletivas ou por quaisquer órgãos públicos; iii) publicadas no Brasil ou em Portugal, em qualquer de suas regiões; iv) referentes a dissertações de mestrado e teses de doutorado, livros no todo e partes de livros (textos em coletâneas), artigos publicados em periódicos

expusessem exames, em separado, relativos a determinadas realidades ou questões educacionais atinentes a esses dois países, em que pese a reconhecida importância dos trabalhos de Lopes, Faria Filho e Fernandes (2006); Pintassilgo et al. (2006); Ventura, Dias e Pardal (2004); Moraes, Pacheco e Evangelista (2003); Castro e Werle (2000); Catani e Oliveira (2000), entre outros.

O presente texto, portanto, discute parte dos resultados dessa pesquisa (Souza; Martínez, 2009), enfocando a análise qualitativa dos estudos vinculados à História da Educação, correspondentes a 60% do total daqueles estudos selecionados (50), internamente desdobrados nas seguintes categorias: Produção e Circulação de Saberes (15, 54%), Escolarização Primária (7, 25%), Infância (2, 7%), Profissão Docente (2, 7%), Disciplinas Escolares (1, 3,5%) e, por fim, Perspectivas Historiográficas (1, 3,5%).

Brasil e Portugal: perspectivas historiográficas

A partir da segunda metade da década de 1980, quando entrou na pauta acadêmica a necessidade de revisão da historiografia que vinha abordando a educação brasileira, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) de História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), em meio ao crescimento da realização dessas investigações no Brasil, especialmente no âmbito dos seus Programas de Pós-Graduação em Educação.

Contudo, foi alguns anos após, em 1999, que se assistiu à consolidação da área de História da Educação no país, especialmente em face da criação da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) (Carvalho; Saviani; Vidal, 2006), numa década na qual também já era flagrante a aproximação de pesquisadores brasileiros e internacionais nessa mesma área.

e, ainda, trabalhos em anais de eventos científicos, excluindo-se, portanto, relatórios institucionais, de estudo e de pesquisa, manuais e guias, boletins, folhetos, notícias, editoriais, artigos em jornais, transcrição de depoimentos e congêneres, publicados em qualquer meio (Souza; Martínez, 2009).

Conforme observado por Catani e Faria Filho (2002), foi nesse contexto que se deu a criação de espaços de reflexão internacionais, como o Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana, cuja primeira edição foi levada a efeito na Colômbia em 1992. Quatro anos após, foi organizado em Lisboa o primeiro Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, congregando cada vez mais pesquisadores de ambos os países, isto a par das atividades de cooperação internacional que viriam a favorecer a implementação de projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e portugueses⁶.

No que diz respeito ao levantamento de que aqui nos ocupamos, cabe inicialmente destacar que se identificou um único estudo, de autoria de Bontempi Júnior (2000), que visou compreender comparativamente a conformação das tradições da historiografia da educação em Portugal e Brasil. Focalizando o período compreendido entre o final do século XIX e os anos de 1980, o trabalho analisou “as condições institucionais, os quadros conceituais e o ambiente intelectual em que agentes sociais objetivaram e sustentaram, em cada país, a escrita histórica sobre educação em suas variadas formas” (Bontempi Júnior, 2000, p. 35), tendo identificado elementos comuns e singulares nas trajetórias inauguradas ao final do século XIX.

Para Bontempi Júnior (2000), a maior semelhança entre as historiografias desses países consistiria no fato de que a História da Educação surgiu em ambos os contextos articulada a finalidades políticas e doutrinárias, sendo que apenas nos idos de 1990 se observa, com maior nitidez, a tentativa comum de sua “despragmatização” (idem, p. 47). Ainda segundo esses autor, no Brasil tais mudanças foram mais visíveis quando se buscou construir uma história da educação que visasse problematizar e integrar-

6. Para Warde e Carvalho (2003), esse processo de reconfiguração da historiografia educativa no Brasil implicará, dentre outros aspectos, a revisão e ampliação dos temas abordados e das fontes tradicionalmente analisadas, a eliminação das análises cristalizadas que caracterizavam o campo, assim como a articulação desses estudos com outras áreas do conhecimento científico, como a antropologia, psicologia, linguística e filosofia, além do aprofundamento do diálogo com a produção historiográfica contemporânea.

-se ao movimento mais geral das Ciências Humanas e Sociais, enquanto em Portugal os esforços empreendidos, a partir daquela mesma década, visavam ao rompimento das heranças da tradição erudita e positivista que ainda perduravam por conta do longo período de ditadura salazarista.

História da produção e circulação de saberes pedagógicos

O estudo histórico da produção e circulação de saberes especializados produzidos no Brasil e em Portugal, que se veicularam internacionalmente por intermédio de impressos pedagógicos a partir de finais do século XIX (momento em que começou a se produzir um discurso especializado em educação), tem ocupado nos últimos anos pesquisadores de vários países.

Apesar da pluralidade de referenciais teóricos mobilizados enquanto modelos explicativos para a análise desse tipo de produção pedagógica, constata-se que os estudos a seguir inventariados compartilham, em linhas gerais, preocupações comuns em torno da gênese e difusão do modelo escolar implantado no Brasil e em Portugal – marcado por “vizinhanças” linguísticas e culturais (Catani, 2000, p. 143) –, buscando contribuir para a compreensão dos mecanismos de circulação nacional e internacional do conhecimento sobre educação por perspectiva socio-histórica comparada.

Em função do tipo de fonte histórica utilizada, que embora impressa possui especificidades, dois grupos de estudos distinguem-se no interior dessa categoria: os manuais pedagógicos e os periódicos especializados em educação.

Assim, um primeiro grupo de estudos concentra-se na análise de manuais de pedagogia, didática, metodologia e de prática de ensino, notadamente direcionados para serem usados pelos futuros professores, seja na esfera dos concursos públicos para ingresso no magistério, seja para estudos no interior das próprias Escolas Normais, considerando-os documentos que expõem os conteúdos das disciplinas especializadas referentes ao processo formativo dos normalistas, utilizados pelos futuros professores primários.

O estudo de Correia e Silva (2002a), cujos resultados também foram publicados posteriormente (Correia; Silva, 2002b; Silva; Correia, 2003), abordou o exame dos manuais pedagógicos publicados entre 1930 e 1971, buscando compreender as apropriações que educadores, autores e editores fizeram sobre esses saberes pedagógicos, identificando, ainda, os modos pelos quais essas informações foram construídas e divulgadas em Portugal e no Brasil.

Os autores procuraram identificar as principais referências teórico-pedagógicas utilizadas nos manuais em questão, assim como suas articulações com os programas oficiais para os cursos de formação de professores, isso em ambos os países. Dentre as referências mais citadas destaca-se a primazia de menções, no caso brasileiro, a Dewey (1859-1952) e Aguayo (1866-1948), e no que remete a Portugal, a Claparède (1873-1940) e Decroly (1871-1932), no marco de uma clara influência da Escola Nova que, processualmente, acabaria evoluindo para um pensamento marcado pelo tecnicismo.

De modo conclusivo, Correia e Silva (2002a, p. 47) destacam que “Brasil e Portugal desenvolvem a historicidade da relação mútua num feixe de relações múltiplas e sobrepostas, desenvolvendo relações de pertença a diversas configurações culturais, geográficas e temporais, nas Américas, na Europa e em África”.

Em continuidade aos estudos indicados, um de seus autores (Silva, 2006b), em tese de doutorado e posteriores publicações (Silva, 2006c; Silva, 2006a), amplia a análise dos manuais pedagógicos para uso dos alunos da Escola Normal publicados em Portugal e Brasil, analisando o período de 1870 a 1970. Com isso, essa autora identifica três momentos na história dos manuais pedagógicos, cujo marco inicial corresponde às décadas finais do século XIX, quando seus títulos se articulavam aos esforços de formação sistemática de professores (através de concursos públicos para ingresso na carreira do magistério em Escolas Normais). Um segundo marco vincula-se ao movimento da Escola Nova, notado ao longo das primeiras décadas do século XX, quando se assistiu à legitimação, de um lado, da pedagogia nesses dois países e, de outro, do magistério enquanto profissão, fenômeno acompanhado do esforço de

efetiva expansão do número de vagas nos cursos das Escolas Normais e, ainda, de um caráter menos propedêutico e de maior especialização nos cursos dessas Escolas Normais. Por fim, temos o terceiro marco, caracterizado como aquele que expressa a tecnicização do ensino, anteriormente indicado, no qual os professores foram tomados enquanto funcionários do Estado, com redução dos planos de estudo das Escolas Normais em ambos os países, notada após os idos de 1940, além de certa tendência ao emprego de uma espécie de “receituário de ensino” (Silva, 2006a, p. 142), que induzia à execução de planos previamente elaborados, acompanhado de uma especialização crescente da dimensão didática da pedagogia então praticada.

Silva (2006a, 2006b, 2006c) destaca também que tanto em Portugal como no Brasil os manuais acabaram produzindo uma espécie de gramática do magistério que articulava elementos⁷ para se conceber e agir nesse ofício. Entretanto, a autora observa que, mesmo subordinado aos programas da Escola Normal, esses manuais pedagógicos não deixaram de produzir conhecimentos, inclusive inéditos, portando-se como responsáveis pela construção de alguns paradigmas que se sucederam ao longo do recorte histórico empregado nos estudos em questão.

O mesmo período e *corpus* documental referente aos estudos de Silva (2006a, 2006b, 2006c) antes mencionados balizam outros dois trabalhos, agora com vistas ao exame das alternativas propostas aos professores para garantir a universalização das oportunidades escolares tanto ao acesso quanto à permanência dos alunos oriundos de todas as classes sociais no sistema de educação (Silva; Vincentini, 2006; Vincentini; Silva; 2006). Essas autoras afirmam que nos textos examinados as questões de ensino são apresentadas de forma concisa, supondo a existência de consenso entre os teóricos referendados e sem retratar as discussões que marcavam os debates entre os educadores. Entretanto, defendem a ideia de que o conteúdo desses livros depende de uma rede de comunicação complexa,

7. A autora faz referência à legislação sobre a escola, normativas para os professores, métodos didáticos, exemplos de lições, funcionamento das aulas, dentre outros aspectos contidos nos manuais (Silva, 2006a, 2006b, 2006c).

decorrendo de opções e leituras historicamente situadas, que produzem representações acerca do funcionamento escolar e ainda permitem apreender em que medida a desigualdade foi objeto de atenção nos currículos de formação de professores. Com isso, as autoras identificam mais a ausência do que a presença do tema da diferença escolar nos livros da Escola Normal publicados, aproximadamente, até os anos de 1960, no Brasil e em Portugal, prevalecendo a ênfase em questões, por exemplo, relativas ao desenvolvimento psicológico dos educandos e aos métodos e planejamentos didáticos.

Cabe, ainda, destacar o estudo, agora sob coautoria de Silva e Correia (2004), realizado com base em levantamento extenso da recente literatura produzida sobre os manuais vinculados à formação para o magistério. Nesse trabalho, os autores buscam identificar as questões e os referenciais teórico-conceituais que têm mobilizado os estudiosos do campo, no intuito de sistematizar e problematizar o lugar ocupado pelos manuais em questão na produção e circulação intranacional e internacional do discurso pedagógico e profissional docente. Assinalam que os trabalhos desenvolvidos na área consideram os manuais fonte importante para a observação de aspectos concernentes à vida escolar e às fases de uma determinada disciplina ou currículo, a identificação da carreira de um autor ou mesmo os motivos que o levaram a escrever o manual propriamente dito, destacando que os séculos XIX e XX aparecem como os períodos mais pesquisados e os séculos XV e XVI como os mais recuados no tempo. Concluem, em termos gerais, que os manuais em tela ocupam um lugar de construção e circulação de saberes profissionalizantes que ainda não se afirmou no conjunto das pesquisas sobre o corpo docente e sua formação, tampouco se constituiu como um objeto histórico legitimado.

Ainda no contexto da categoria “História da produção e circulação de saberes pedagógicos”, um segundo agrupamento de estudos centra seu olhar em outro tipo de impresso: os periódicos especializados em educação, que igualmente permitem compreender os modos de funcionamento do campo educacional, configurando-se numa fonte histórica privilegiada para o entendimento da multiplicidade do campo educativo (Nóvoa, 2005b) e para a observação de aspectos relativos à profissão docente (Catani, 1996).

Carvalho e Cordeiro (2002) apresentam resultados preliminares de pesquisa que, sob abordagem histórico-comparada, visou à compreensão da construção de um saber especializado em educação e a concomitante emergência de seus especialistas, por intermédio da análise sistemática da *Revista Educação* (Brasil) e da *Revista Escolar* (Portugal), publicadas no período 1920-1935. Dentre as convergências assinaladas encontram-se a preocupação em ambas as sociedades daquela época para com os problemas educativos e a mobilização de referenciais estrangeiros, relativos a potências culturais e políticas que gozassem de conceituada produção e difusão científica pedagógica. Todavia, o estudo revelou a ausência de transferência de ideias ou experiências entre as revistas de ambos os países, apesar da suposição inicial de que essa troca poderia ter sido favorecida pela partilha da mesma língua. O que aproximaria as duas revistas examinadas não seria, portanto, o fenômeno linguístico, mas as referências autorais que naquele momento constituíam um “esperanto educacional” (Carvalho; Cordeiro, 2002, p. 51) formado em torno da educação nova.

As análises mencionadas foram ampliadas em outro trabalho desses mesmos autores (Cordeiro; Carvalho, 2002), visando agora à compreensão acerca das transferências de conhecimentos especializados entre Brasil e Portugal, não circunscritas a esses países. Como parte das conclusões, os autores observaram dois canais de circulação dos discursos especializados no quadro de uma progressiva internacionalização da razão educativa especializada e de seus protagonistas: um primeiro, marcado pela educação nova, e outro referente ao espaço latino-americano. Este último circuito ligaria vários países, organizações e especialistas, sendo que, no período analisado (1920-1935), a circulação de discursos relativos ao contexto latino-americano se apresenta com maior nitidez no periódico brasileiro.

Já o estudo de Fernandes (2004a), resultado de tese de doutorado, divulgado também em anais de evento (Fernandes, 2004b), buscou identificar a gênese e o desenvolvimento de um discurso especializado sobre educação em fins do século XIX, com base na análise da *Revista*

Pedagógica (Brasil), cobrindo o período 1890-1896, e da *Revista de Educação e Ensino* (Portugal), relativa ao período 1886-1900.

Do ponto de vista teórico-conceitual, Fernandes (2004a, 2004b) sinaliza a importância da aproximação entre a História da Educação e a denominada Nova História e seus desdobramentos na EC⁸, utilizando-se, ainda, do estabelecimento de relações entre as teorias do sistema mundial (enquanto perspectiva que se volta para o exame de um espaço transnacional) com as estratégias de abordagem que a EC permite realizar.

Grosso modo, a autora conclui que ambas as revistas desempenharam papel fundamental na progressiva constituição do campo disciplinar pedagógico, por meio da veiculação de um discurso educacional cada vez mais especializado. Discurso esse fortemente marcado pelos ideais republicanos e positivistas, com prevalência de citações relativas a Spencer (1820-1903), a par da importância atribuída por essas duas revistas ao contexto internacional, especialmente francês, embora num cenário de baixo intercâmbio de ideias e experiências entre Brasil e Portugal. Entre as diferenças identificadas, a autora observou que a publicação brasileira, de âmbito governamental, teve caráter eminentemente oficial, enquanto a revista portuguesa foi produto de iniciativa particular, característica que pode ter incidido sobre o conteúdo veiculado, com uma postura mais crítica acerca da realidade local. Outra diferença encontra-se no teor dos artigos, de caráter mais prático na brasileira e mais teórico na portuguesa.

Em trabalho posterior, Fernandes (2006) discute as linhas norteadoras e o enquadramento teórico-metodológico de um subprojeto de investigação que aborda a imprensa periódica educacional em Lisboa e no Rio de Janeiro entre 1890 e 1960 (cf. Mendonça; Ó, 2006)⁹. Declara pretender mapear e analisar, numa perspectiva comparada Brasil-Portugal,

-
8. O estudo de Carvalho e Cordeiro (2002) também expõe considerações metodológicas importantes sobre as escolhas e opções empregadas na análise de revistas especializadas e sobre a conjunção do campo da História da Educação em relação à Educação Comparada.
 9. Subprojeto relacionado à pesquisa internacional, em andamento, “História da profissão docente no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos”, no âmbito do projeto de cooperação internacional Coordenação de Aperfeiçoamento

os periódicos destinados aos professores, buscando “perceber a forma como o conhecimento pedagógico, enquanto fundamentação teórica e afirmação de um corpo de conhecimentos fundamentais necessários ao desempenho da profissão, ocupou um lugar de destaque no processo de profissionalização docente” (Fernandes, 2006, p. 28).

Vinculado ainda à pesquisa aludida (Mendonça; Ó, 2006), o estudo de Fernandes, Xavier e Carvalho (2006) relaciona-se a dois subprojetos que tomam a imprensa periódica educacional como fonte privilegiada de pesquisa. Com caráter exploratório, analisam-se três periódicos: *Boletim de Educação Pública* (Distrito Federal, Brasil, 1930-1935), *Revista Escolar* (Lisboa, Portugal, 1921-1935) e revista *Escola Secundária* (Rio de Janeiro, Brasil, 1957-1963). Conforme esclarecido por esses autores, os dois primeiros periódicos podem ser associados ao movimento da educação nova no Brasil e em Portugal, sendo que o *Boletim de Educação Pública* à promoção da reforma educacional empreendida no Distrito Federal nos anos de 1920-1930. Já a revista *Escola Secundária* estaria vinculada à Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário do Ministério de Educação e Cultura (CADES/MEC) no contexto de expansão da escola de massas no Brasil.

O estudo destaca ainda procedimentos fecundos no exame desse tipo de fonte, já que a análise das vinculações institucionais favorece o conhecimento sobre as prescrições e os princípios afigurados nos impressos, oferecendo informações sobre a contextualização de suas características definidoras, bem como de suas contradições e da força dos conteúdos que veicula. Ainda para Fernandes, Xavier e Carvalho (2006), o estudo das biografias dos autores-articulistas demonstra a influência de suas concepções individuais, bem como das ideias partilhadas em redes nacionais, internacionais ou transnacionais. Já para o estudo da visão do professorado, esses autores consideram que a seleção de artigos deve ir além daqueles que explicitamente se referem ao grupo de professores, ampliando-se para os que reproduzem preceitos, normas e representações sobre os docentes.

de Pessoal de Nível Superior – Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior de Portugal (CAPES-GRICES) (Mendonça; Ó, 2006).

História da escolarização primária

O desenvolvimento da escolarização tem mobilizado diversos estudos, seja no contexto brasileiro (Faria Filho, 2000; Souza, 1998, dentre outros), seja internacionalmente, a exemplo dos estudos de Vicent (1980) na França; Frago (1990) na Espanha e Nóvoa (1988) em Portugal, que focalizam a expansão da escola primária associada a um projeto mais amplo e civilizador dessas sociedades, embora revestido de particularidades em cada contexto histórico e socioespacial.

Nesta categoria, os estudos que tomam os denominados ensino primário, ensino popular ou escola de massas no Brasil e em Portugal em perspectiva comparada de análise foram organizados em dois grupos¹⁰, coerentemente ao recorte cronológico adotado. No primeiro caso, destacam-se os estudos ancorados no período 1880-1920 (Correia; Silva, 2003, 2004; Correia; Gallego, 2004), momento de intensa atividade política nesses países e de expansão daquele nível de escolarização, enquanto no segundo grupo sobressaem as referências que tomam por base o período 1946-1960 (Souza, 2004b, 2005, 2006)¹¹, quando foram produzidos estudos internacionais sobre a situação da educação elementar e do analfabetismo, conforme será discutido a seguir.

Os estudos de Correia e Silva (2003, 2004) tomam por foco o ensino primário brasileiro no âmbito do estado de Santa Catarina, confrontando-o ao português, ao lado do estudo de Correia e Gallego (2004), que analisa a organização do tempo escolar nas escolas públicas primárias brasileiras na esfera do estado de São Paulo, também o submetendo à comparação em relação ao espaço português.

10. Outro estudo coeso a essa categoria temática, publicado em anais de evento luso-brasileiro (Catani; Sousa; Faria Filho, 2002), não pôde ser inventariado a tempo de ser incluído nestas discussões, embora tenha participado das análises quantitativas até aqui efetuadas.

11. Outro estudo de Sousa (2003), publicado em anais de evento brasileiro, não pôde ser inventariado a tempo de ser incluído nestas discussões.

Para Correia e Silva (2003, 2004), as décadas compreendidas entre 1880 e 1920 são significativas para a história da escolarização primária em face da retórica então vigente nesses países a respeito da escolarização universal e da eliminação do analfabetismo. Contudo, observam um descompasso entre o anunciado e o efetivamente realizado para superar o quadro de analfabetismo e o baixo grau de escolarização nessas duas nações. Para além das especificidades educacionais e sociais de cada um desses contextos, os autores evidenciam o esforço de ambos os Estados em diminuir a distância existente entre o proclamado e o realizado.

Já Correia e Gallego (2004) problematizam as transformações operadas na organização do tempo escolar e nas suas múltiplas temporalidades no período da institucionalização da escola graduada em ambas as realidades dos países em tela, focando as escolas centrais (Portugal) e os grupos escolares (Brasil), instituições nas quais se desenvolveu e aperfeiçoou uma nova racionalidade pedagógica, organizacional e temporal.

Os autores destacam que o trabalho docente assume um caráter mais sistemático e extenso, focado nos aspectos metodológicos e didáticos no quadro dos saberes profissionais. A um só tempo, Correia e Gallego (2004) demonstram como a escola reinventa a criança em sua individualidade, de forma que reagrupe em populações organizadas tipologicamente, o que se reflete na organização do tempo escolar, em correspondência à necessidade do uso de dispositivos socializadores de caráter universal por parte do Estado, isso numa ambiência de definição de suas respectivas identidades enquanto nações.

O segundo grupo de referências sobre a história da escolarização primária, circunscrito ao recorte temporal 1946-1960, é composto pelos estudos de Sousa (2004b, 2005, 2006) que se articulam à efetivação de pesquisa voltada para o exame da escola de massas (educação primária) em Portugal e no Brasil, buscando compreender os “lugares” ocupados por esses dois países no cenário mundial. Essa autora toma por fonte histórica estudos e pesquisas sobre a situação da educação elementar e do analfabetismo produzidos por organismos internacionais após a Segunda Guerra Mundial, especialmente por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Sousa (2004b, 2005, 2006) postula que a UNESCO, ao aprofundar sua inserção na área da educação, colocou a EC em evidência no cenário mundial, sob enfoque estatístico. Examinando como os dados estatísticos relativos a Portugal e ao Brasil foram à época trabalhados, comparados e classificados, assim como as categorias que foram cunhadas na hierarquização dos países, a autora explicita os critérios e formas de comparação empregados pelo organismo.

Considerando que o Brasil e Portugal experimentaram grande crescimento e difusão da escola de massas nas décadas de 1950 e 1960, Sousa (2004b, 2005, 2006) destaca que, em comparação com outros países, tal fato não teria implicado ultrapassagem de uma determinada classificação que colocava as duas nações em questão entre aquelas que eram consideradas detentoras das maiores taxas de analfabetismo em suas populações. O problema se resolveria, segundo a UNESCO, desenvolvendo a instrução elementar. Ao mesmo tempo, o estudo revela que o recurso quase exclusivo aos dados estatísticos na EC foi sendo gradativamente criticado, cedendo espaço para a adoção de referenciais analíticos qualitativos. Finalmente, a autora adverte que para o Estado e sua administração a abordagem estatística continua, nos dias atuais, a exprimir centralidade na administração social, tomada como verdade em si mesma. Nesse sentido, critica que os dados estatísticos sejam compreendidos enquanto reflexo da realidade.

História da infância

A história da infância há algumas décadas tem despertado a curiosidade dos historiadores que se debruçam sobre o tema para entender sua dinâmica ao longo dos tempos (Ariès, 1986), além de possibilitar conhecer as políticas e as práticas que marcaram a assistência aos menores e às instituições específicas que foram sendo historicamente criadas para sua formação ou guarda, distintas entre as classes sociais de seus destinatários (Kuhlmann Júnior, 2001; Faria Filho, 2004; Camara, 2004).

Coesos a essa categoria foram identificados dois estudos que abordam a problemática da criança no quadro de difusão do modelo escolar com o intuito de compreender as dinâmicas históricas que possibilitaram que crianças e jovens fossem definidos como escolares no período 1880-1960. Dando mostra da diversidade de análises que o tema suscita, observa-se que, de um lado, o estudo de Sousa (2004a) visou apreender as relações que foram sendo processadas entre a infância – como ciclo de vida específico e diferenciado da vida adulta – e a pedagogia – enquanto corpo de conhecimentos sobre a escola e a educação das crianças –, a partir das revistas pedagógicas que circularam em Portugal e no Brasil. De outro lado, o estudo de Rufino, Lima e Rodrigues (2003), afastando seu foco de análise da escolarização regular, trata da história da reeducação e assistência a menores no contexto de Portugal e Brasil, isto por intermédio do mapeamento das instituições criadas para esse fim, fossem elas ligadas à Igreja ou ao Estado.

No primeiro caso, Sousa (2004a) associa a infância ao contingente de meninos e meninas entre 7 e 12 anos que se tornaram alunos das escolas primárias públicas brasileiras e portuguesas. As aproximações constatadas apontaram a indiferença entre Brasil e Portugal do pensar e fazer acerca da educação primária, apesar do envolvimento de ambos no processo de circulação internacional de ideias e modelos educacionais. A partir dos anos de 1930, a autora detectou haver um amplo processo de apropriação do ideário escolanovista, como forma de promover o progresso e a modernidade em cada um desses dois países, mas de modo circunscrito aos centros urbanos. Destaca ainda que esses países padeciam do mesmo estigma de nações atrasadas em matéria de alfabetização e que, a partir dos anos de 1950, as estatísticas educacionais (consideradas à época como reflexo fiel das realidades educacionais) deixavam ambos em situação desconfortável, pois seus respectivos déficits educacionais eram trazidos à tona.

Por seu turno, Rufino, Lima e Rodrigues (2003) refletem, ao final de seu texto, sobre a importância do campo de investigação que analisa o nascimento do particular universo da educação da criança em clausura, numa instituição tutelar, assinalando a necessidade de empreender

estudos mais aprofundados que tomem por foco os dois países em tela e, eventualmente, também Moçambique, para possibilitarem a identificação de semelhanças nas diversas instituições correcionais, apesar de se encontrarem em territórios diversos e afastados, cujo denominador comum seria a presença portuguesa.

História da profissão docente

O modelo de análise para a compreensão da constituição do processo de profissionalização do magistério elaborado por Nóvoa (1987, 1991) situa sua cronologia a partir do século XVIII, quando o Estado tomou a seu cargo a instituição escolar, das mãos da Igreja, e acabou substituindo um corpo docente religioso por um corpo laico, mas sem mudar estruturalmente a instituição escolar. Para Nóvoa (1991, p. 119), as congregações religiosas tornadas “congregações docentes” tinham definido um corpo de saberes e de *savoir-faire* (eminentemente técnico) e um conjunto de normas e de valores próprios da atividade docente (influenciado por crenças e atitudes morais e religiosas), que acabaram ultrapassando o campo religioso, estendendo-se àqueles indivíduos que se dedicavam ao ensino.

A passagem do ensino religioso para o estatal acarretou uma homogeneização no corpo docente. Os antigos professores (religiosos) passaram por um processo de laicização, enquanto os novos se moldaram às exigências estatais. Esse processo de estatização do ensino implicou definição de regras uniformes de seleção e nomeação de professores, sendo que a partir do final do século XVIII foi imposta aos docentes a apresentação de uma licença concedida pelo Estado para lecionar, o que constitui uma espécie de suporte legal para o exercício da atividade, caminhando para uma maior valorização profissional educativa. Esse processo, que transforma os professores em funcionários, denominado por Nóvoa (1991, p. 121) “funcionarização”, resulta da ação conjunta entre os docentes e o Estado, nos termos que a adesão docente ao projeto exprime certa autonomia adquirida perante os párocos, os notáveis locais e junto às populações, representando, em concomitância, sua submissão ao Estado.

A necessidade de uma formação específica e relativamente longa desses docentes efetivou-se no século XIX por meio da criação das Escolas Normais. Estas passaram a ocupar um lugar privilegiado na produção e reprodução do corpo de saberes e do sistema de normas e valores próprios à profissão, e provocaram uma mutação do corpo docente, que de mestre-escola se transformaria em professor de instrução primária, num contexto de grande confiança na escolarização.

Contudo, é possível afirmar que paralelamente a esse processo surgiu um novo movimento associativo docente que lutou pela melhoria do estatuto dessa classe, por um maior controle da profissão e pela definição de uma carreira, o que levou a uma unidade intrínseca construída com base em interesses comuns e na consolidação de um espírito de corpo.

Já no início do século XX os professores demonstravam estar investidos de um importante poder simbólico, por se constituírem agentes da escola e da instrução. Mas teriam de esperar até os anos de 1920 para se sentirem, pela primeira vez, confortáveis em seu estatuto socioeconômico.

Para Nóvoa (1987), esse processo de profissionalização docente, longe de representar uma evolução linear e inexorável, estaria marcado por lutas e conflitos, seja pelos múltiplos atores envolvidos (Estado, Igreja, famílias etc.), seja pelas tensões que se operaram nos movimentos associativos, vindo a sofrer grandes transformações ao longo do século XX, com destaque para a ascensão dos regimes fascistas, nas décadas de 1930-1940, a partir do qual teria iniciado a queda do prestígio docente, que não cessou até os dias atuais.

Essa análise sobre a história da profissão docente elaborada por Nóvoa (1987) constitui um marco interpretativo no qual se ancoram os dois estudos identificados nessa categoria (Silva, 2004; Mendonça; Ó, 2006).

O estudo de Silva (2004) insere-se na história da profissão docente do ensino primário, numa perspectiva comparada entre Brasil e Portugal. O trabalho visou apreender os sentidos atribuídos à profissão em tela na passagem dos séculos XIX para o XX, a partir de testemunhos deixados ou concedidos por professores com larga atuação no ensino primário e, ainda, apoiando-se na legislação que organizou os sistemas públicos de ensino brasileiro (nos estados de Santa Catarina e São Paulo) e português.

Para a autora, essas normatizações discursivas e legais estabeleceram formas para os corpos e definiram parâmetros para o comportamento moral e político dos cidadãos que a escola popular pretendeu formar. A partir disso, o estudo ressalta que, apesar de esses professores terem estado sujeitos a variados dispositivos de controle dos seus corpos, comportamento moral e conduta política, lograram cunhar uma autonomia que os dignifica. Ainda de acordo com Silva (2004), a conduta social do professor conferia legitimidade moral à sua profissão, contribuindo para que ele acreditasse não apenas no seu próprio trabalho, mas na escola enquanto instituição capaz de reorganizar a sociedade em patamares mais dignos.

Já o estudo de Mendonça e Ó (2006) remete à discussão das bases teórico-conceituais e metodológicas relacionadas ao desenvolvimento de um projeto de intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e portugueses, voltado para a pesquisa da história da profissão docente no mundo luso-brasileiro, tentando entendê-la em um duplo contexto relacionado, de um lado, à formação dos Estados modernos e, de outro, à institucionalização das ciências da educação. O estudo aponta para quatro eixos temáticos a serem considerados, a saber: i) as Reformas Pombalinas da Instrução Pública, particularmente os estudos menores, no século XVIII; ii) a emergência das Escolas Normais, no século XIX, e sua consolidação, na primeira metade do século XX; iii) a consolidação do processo de profissionalização dos docentes, que ocorre no Brasil entre os anos de 1920 e 1960, partindo da constatação de processos políticos diferenciados, mas com alguma reciprocidade, entre este país e Portugal; e, por fim, iv) as questões que marcam a atual problemática da profissão docente, buscando pensá-la na contemporaneidade.

Duas grandes vertentes do pensamento educacional gestadas a partir do século XVIII servem como campo de referência à investigação de Mendonça e Ó (2006): de um lado, a criação dos sistemas nacionais de ensino e, de outro, um novo modelo disciplinar ligado à luta pela secularização do governo da alma. Segundo esses autores, a primeira vertente permite compreender as relações que se estabeleceram entre o modelo de Estado-nação e o modelo de escola de massas, marcadas por

uma ideologia do progresso e por uma nova racionalidade científica. Já a segunda vertente parte da premissa de que o sistema escolar público e a difusão da escolarização maciça não se sustentam em princípios puramente educacionais. As novas administrações estatais teriam sido impelidas a formar a personalidade do aluno e das populações por meio de formas de controle de tipo introspectivo, por meio da incorporação de valores de responsabilidade, virtude e honestidade, em lugar do cultivo do medo e da obediência passiva. Essas duas vertentes acabaram cruzando-se no momento em que a escola de massas – em consolidação a partir da segunda metade do século XIX – passou a ser entendida como uma das expressões práticas das tecnologias do governo da alma¹².

História das disciplinas escolares

Diversos autores que se debruçaram sobre a compreensão das disciplinas escolares e sua constituição (Chervel, 1990; Pessanha, Daniel, Menegazzo, 2004) coincidem em afirmar que estas são fruto de um processo histórico que não constitui uma adaptação simples ou pura das ciências de referência, e por essa razão cada uma delas deve ser estudada em relação com a sociedade que a produz e não apenas observando seus fatores internos. A análise das disciplinas escolares pode trazer à vista, portanto, a sua constituição e as especificidades que a revestem.

O estudo de Trinchão (2006) aborda a trajetória da disciplina desenho no currículo dos cursos das escolas secundárias e de formação dos professores destinados ao ensino público, comparando a história da inserção dessa disciplina nos espaços escolares durante o processo de constituição da Instrução Pública oitocentista em Portugal e no Brasil (Bahia e Rio de Janeiro).

Para Trinchão (2006), a introdução da disciplina desenho no currículo escolar secundário português e brasileiro no Oitocentos representa tanto o processo de absorção pelos Estados da responsabilidade de

12. Segundo o referencial analítico de Foucault (1978).

ofertar e construir um sistema de ensino nacional sequencial, quanto o de organizar e suprir seus quadros administrativos. Ao mesmo tempo, a autora esclarece que, a partir da segunda metade do século XIX, o conhecimento em desenho foi valorizado em nível mundial, isto por conta da expansão industrial e dos eventos internacionais, ganhando espaço significativo nos currículos dos cursos secundários liceais. Como principal conclusão, Trinchão (2006) ressalta que, apesar da fragilidade do sistema de ensino nos dois países em tela, o desenho se configurou como disciplina importante, principalmente pelo aspecto prático e utilitário de ligar a ciência à arte e à técnica.

Considerações finais

O levantamento e estudo das duas décadas de produção acadêmica referente aos trabalhos publicados no campo da história da educação numa perspectiva comparada Brasil-Portugal permite, além de sua caracterização geral, tecer alguns comentários acerca de seus aspectos teórico-metodológicos e temáticos.

Inicialmente, é possível afirmar que os estudos aqui inventariados se caracterizam enquanto resultado de investigações docentes e discentes, sobretudo decorrentes de intercâmbios institucionais entre Brasil e Portugal, com desdobramentos, especialmente no âmbito dos doutoramentos e estágios pós-doutorais.

Do lado português, nota-se um significativo apoio em termos da orientação e desenvolvimento, em seus programas de pós-graduação em Ciências da Educação, de teses de doutorado, da publicação desses estudos sobre Educação Comparada Brasil-Portugal no formato de livro e, ainda, no sentido da cogestão de eventos luso-brasileiros nos quais é publicada a maior parcela desses trabalhos, a par da sua participação em pesquisas docentes conjuntas entre esses dois países. Entretanto, em observância ao fato de que a quase totalidade dos autores ou coautores desses estudos pertencem a instituições de ensino e pesquisa sediadas no Brasil, considera-se que a motivação em torno da realização desses

estudos seja tipicamente brasileira, em que pese o apoio e o protagonismo sinalizado.

No que diz respeito a aspectos teórico-metodológicos, em termos gerais, constata-se que os estudos de Educação Comparada Brasil-Portugal aqui inventariados estão marcados por um olhar problematizador, seja das fontes priorizadas nas pesquisas, seja acerca dos princípios que orientam as análises historiográficas comparativas, indicando rompimento com as abordagens que tradicionalmente atribuíam ênfase à perspectiva centrada nos Estados nacionais ou em estudos quantitativos e estatísticos, assumindo posições teóricas voltadas para as relações que se estabelecem entre Portugal e Brasil.

Esses trabalhos, preponderantemente, possuem como denominador comum o estudo das práticas discursivas que operam no interior dos diferentes espaços sociais, muitas das quais, em termos históricos, indicam o momento da institucionalização das ciências da educação em ambos os países.

O estudo confirma o movimento atual da Educação Comparada apontado por Nóvoa (2005a), no sentido da mudança de perspectiva e que agora tem como focos privilegiados as escolas, os atores sociais, os discursos, sem desconsiderar a dimensão política. Evidencia, também, a prevalência das perspectivas sócio-histórica e a que confronta o global ao local, manifestando-se a primeira na busca pela compreensão da natureza subjetiva da realidade e dos sentidos que as sociedades atribuem às suas ações, enquanto a segunda, a partir da importância que assumem as análises sobre os processos de regulação, apropriação e transformação local das influências transnacionais em ambos os países.

Sobre as temáticas abordadas, a análise dos estudos em tela permite observar o predomínio quantitativo dos estudos que abordam a questão da “Produção e circulação internacional de saberes pedagógicos”. Uma das razões dessa convergência radica no fato de que esses estudos se encontram majoritariamente vinculados a um importante projeto de âmbito internacional. Trata-se do projeto intitulado “Estudos comparados sobre a escola: Brasil e Portugal – séculos XIX e XX”, coordenado por António Nóvoa (Universidade de Lisboa – UL) e Denice Catani (Uni-

versidade de São Paulo – USP), sob financiamento do Convênio entre a CAPES e o Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (CAPES/ICCTI), tendo decorrido de projeto financiado pela União Europeia, o Projeto Prestige (*Problems of Educational Standardisation and Transitions in a Global Environment*), na esfera do Programa *Training and Mobility of Researchers* (TMR), do qual participavam variadas universidades europeias, dentre as quais a UL. Entre outros aspectos, tal fato sinaliza a importância que assumem os acordos internacionais para a produção de conhecimento científico. Ao mesmo tempo, devem ser destacados importantes trabalhos de pesquisa e compilação de informações elaborados por equipes coordenadas por Antonio Nóvoa desde a segunda parte da década de 1990, nomeadamente o Repertório da Imprensa de Educação e Ensino¹³ e o Catálogo da Imprensa de Educação e Ensino, publicados separadamente e reimpressos em forma de CD-Rom em Nóvoa (2005c). Esses inventários podem ter operado desde o duplo movimento de mobilizar grupos de pesquisadores na sua elaboração e, ao mesmo tempo, de alertá-los para a importância dos impressos enquanto formas de compreensão do ideário pedagógico que era produzido e circulava em determinado tempo histórico.

Nesse sentido, o recorte temporal preponderante identificado nos trabalhos dos autores em estudo inicia-se nas décadas finais do século XIX – momento em que se difunde mais fortemente o modelo escolar e surge um repertório mais especializado das ciências da educação –, entendendo-se até os anos de 1980, isto no que diz respeito tanto aos que estudam a infância, a escolarização primária, a historiografia, o discurso especializado, ou uma disciplina específica. Apenas um dos trabalhos dos que tratam da profissão docente recua na análise às Reformas Pombalinas, no século XVIII. No que diz respeito ao estudo de manuais pedagógicos,

13. Neste trabalho contou-se com a consultoria de Pierre Caspard, autor de importante obra realizada na França: *La presse d'éducation et d'enseignement, XVIIIe siècle-1940. Répertoire analytique*. Paris: INRP. Tome 1: A-C, 1981, 560p.; Tome 2: D-J, 1984, 688p.; Tome 3: K-R, 1986, 566p.; Tome 4: S-Z, 1991, 762p.

a maioria dos autores toma como unidade temporal de análise a longa duração, critério que não se repete na análise das revistas especializadas, para as quais os autores, preponderantemente, selecionam para estudo títulos específicos, escolha que circunscreve o recorte temporal ao período de circulação deles, que geralmente não ultrapassa os 15 anos.

Por último, ao longo do trabalho foram sendo identificados temas pouco explorados que revelam caminhos que precisam ser mais aprofundados, mas que, em período posterior à realização do presente balanço, vieram a sê-lo, como no caso da temática da profissão docente. Esses são os reflexos dos limites impostos pelo recorte temporal escolhido, cuja superação instiga à realização de novas pesquisas.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Bohumila. A cooperação internacional e a educação comparada. *Temas em Educação*, João Pessoa, n. 5, p. 109-116, dez. 1996.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

BARROSO, J. Introdução. In: _____. (Org.). *A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores*. Lisboa: Educa / Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2006. p. 43-70.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. A historiografia da educação em Portugal e no Brasil: convergências e desafios. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 34-50, 2000 (Temas e História da Educação).

CAMARA, S. A constituição dos saberes escolares e as representações de infância na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 8, p. 159-180, jul.-dez. 2004.

CAPANEMA, Clélia de Freitas. *Temas em Educação*, João Pessoa, n. 5, p. 27-34, dez. 1996.

CARVALHO, L. M. CORDEIRO, J. F. P. *Brasil-Portugal nos circuitos do discurso pedagógico especializado (1920-1935): um estudo histórico-comparado de publicações de educação*. Lisboa: Educa, 2002 (Cadernos Prestige, 9).

CARVALHO, M. M. C. de; SAVIANI, D.; VIDAL, D. *Sociedade Brasileira de História da Educação: Constituição, organização e realizações: histórico*. (2006). Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br>> Acesso em: 12 abril 2007.

CASTRO, M. L. S. de; WERLE, F. O. C. (Org.). *Educação comparada na perspectiva da globalização e autonomia/organização*. São Leopoldo: Ed.Unisinos, 2000.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, R. P. de (Org.). *Reformas educacionais em Portugal e no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CATANI, D. B. Distâncias, vizinhanças, relações: comentários sobre os estudos sócio-histórico comparados em educação. In: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen (Eds.). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa, 2000. p. 143-150.

_____. A imprensa periódica educacional: as Revistas de Ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul.-dez. 1996.

CATANI, D. B.; FARIA FILHO, L. M. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas na GT História da Educação na ANPed (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 113-128, jan.-fev.-mar.-abr. 2002.

CATANI, D. B.; SOUSA, C. P.; FARIA FILHO, L. M. de. Alfabetização, escolarização e processos de contagem e ordenação de populações na construção do Estado moderno: os casos do Brasil e de Portugal. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2002, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2002, p. 147-148.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CORDEIRO, J. F. P.; CARVALHO, L. M. A circulação de modelos educativos nas revistas pedagógicas: Portugal e Brasil (1920-1935). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 25., 2002, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPed, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/jaimefranciscocordeiro02.rtf>>. Acesso em: 01 mar. 2007.

CORREIA, A. C. L.; GALLEGO, R. de C. *Escolas públicas primárias em Portugal e em São Paulo: olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920)*. Lisboa: Educa, 2004 (Cadernos Prestige, 21).

CORREIA, A. C. L.; SILVA, V. B. da. Uma história de leituras para professores em Portugal e no Brasil (1930-1971). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002a, Natal. *Anais...* Natal, 2002a. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema1/0104.pdf>> Acesso em: 2 mar. 2007.

_____. *Manuais pedagógicos: Portugal e Brasil – 1930 a 1971 – produção e circulação internacional de saberes pedagógicos*. Lisboa: Educa, 2002b (Cadernos Prestige, 13).

CORREIA, A. C. L.; SILVA, V. L. G. da. A lei da escola: sentidos da construção da escolaridade popular através de textos legislativos em Portugal e em Santa Catarina– Brasil (1880-1920). *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 8, p. 43-83, jul.-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE8.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

_____. *A lei da escola: os sentidos da construção da escolaridade popular através dos textos legislativos em Portugal e Santa Catarina – Brasil (1880-1920)*. Lisboa: Educa, 2003 (Cadernos Prestige, 16).

FARIA FILHO, L. M. de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. A construção do conhecimento pedagógico no espaço lusófono: perspectivas comparadas entre Brasil e Portugal. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2002, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2002.

_____. *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *A santa causa da instrução e o progredimento da humanidade: revistas pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX*. 2004. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004a.

FERNANDES, A. L. C. Uma abordagem sócio-histórica da profissão docente a partir da Imprensa Periódica Educacional em Lisboa e no Rio de Janeiro entre 1870 e 1960. In: COLÓQUIO SECÇÃO PORTUGUESA DA AFIRSE (Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique en Education), 14., Lisboa, 2006. *Actas...* Lisboa: AFIRSE/AIPELF, 2006, p. 28.

_____. A santa causa da instrução e o progredimento da humanidade: revistas pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal

no final do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: PUC-PR, 2004b. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo2/076.pdf>>. Acesso em: 101 mar. 2007.

FERNANDES, A. L. C.; XAVIER, L. N.; CARVALHO, L. M. Aspectos da imprensa periódica educacional em Lisboa e no Rio de Janeiro (1921-1963). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Ed.UFU, 2006. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/apresentacao.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2007.

FERREIRA, A. G. O sentido da educação comparada: uma compreensão sobre a construção de uma identidade. *Educação*, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, maio-ago. 2008.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. *La gouvernamentalité*. Dits et écrits (1976-1979). Paris: Gallimard, 1978, v. III, p. 635-657.

FRAGO, A. V. *Innovación y racionalidad científica: la escuela graduada pública en España (1890-1936)*. Madrid: Akal Universitaria, 1990.

FREIXO, A. de. *Do 25 de abril à CPLP: a inserção de Portugal nas relações internacionais contemporâneas*. Rio de Janeiro, 2001. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

IRELAND, Timothy D. Cooperação internacional e educação comparada no contexto da globalização. *Temas em Educação*, João Pessoa, n. 5, p. 125-131, dez. 1996.

KUHLMANN JÚNIOR, M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N. de; CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

LOPES, A.; FARIA FILHO, L.; FERNANDES, R. (Org.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MADEIRA, A. I. *Sons, sentidos e silêncios da lusofonia: uma reflexão sobre os espaços-tempos da língua portuguesa*. Lisboa: Educa, 2003 (Cadernos Prestige, 18).

_____. Estudos comparados e história da educação colonial: reflexões teóricas e metodológicas sobre a comparação no espaço da língua portuguesa. *Educação*, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 103-123, maio-ago. 2008.

_____. O ensino superior da Europa e sua relação com a América Latina: a cooperação entre Portugal e Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Niterói, v. 25, n. 1, p. 33-60, jan.-abr. 2009.

MALET, R. Do Estado-Nação ao Espaço-Mundo: as condições históricas da renovação da educação comparada. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1301-1332, set.-dez. 2004.

MENDONÇA, A. W. P. C.; Ó, J. R. de. História da profissão docente no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2006. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/apresentacao.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2007.

MEYER, J. W.; RAMÍREZ, F. O. La institucionalización mundial de la educación. In: SCHRIEWER, Jürgen (Comp.). *Formación del discurso em la educación comparada*. Barcelona: Ediciones Pomares, 2002. p. 91-111.

MORAES, M. C. M. de; PACHECO, J. A. B.; EVANGELISTA, O. (Org.). *Formação de professores: perspectivas educacionais e curriculares*. Porto: Porto Editora, 2003.

NÓBREGA-THERRIEN, S. M.; THERRIEN, J. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. *Estudos em Avaliação Educacional*, Campinas, v. 15, n. 30, p. 5-16, jul.-dez. 2004.

NÓVOA, A. *Le temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe – XXe siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Pedagógica, 1987, v. 1 e 2.

_____. A história do ensino primário em Portugal. In: FERNANDES, Rogerio (Org.). *I Encontro de História da Educação em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 23-29.

_____. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 4, p. 109-139, 1991.

_____. *Histoire & comparaison: essais sur l'éducation*. Lisboa: Educa, 1998.

_____. (en collaboration avec Tali Yariv-Mashal). *Vers un comparatisme critique: regards sur l'éducation*. Lisboa: Educa, 2005a (Cadernos Prestige, 24).

_____. (Dir.). Catálogo de imprensa da educação e ensino. In: *Evidentemente – histórias da educação*. Porto: ASA, 2005b. 1 CD-ROM.

_____. *Evidentemente – histórias da educação*. Porto: ASA, 2005c. 1 CD-ROM.

PEREYRA, M. A. La construcción de la educación comparada como disciplina académica: defensa e ilustración de la historia de las disciplinas. In: LÓPEZ-VELARDE, Jaime Calderón (Coord.). *Teoría y desarrollo de la investigación en educación comparada*. México: Plaza y Valdés, 2000, p. 27-80.

PESSANHA, E. C.; DANIEL, M. E. B.; MENEGAZZO, M. A. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 25-46, 2004.

PINTASSILGO, J.; FREITAS, M. C. de; MOGARRO, M. J.; CARVALHO, M. M. C. de (Org.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri / Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2006.

RUFINO, C.; LIMA, A. L. G.; RODRIGUES, F. S. *Para uma história da reeducação e assistência a menores em Portugal e no Brasil dos séculos XIX e XX: discursos e instituições*. Lisboa: Educa, 2003 (Cadernos Prestige, 15).

SCHRIEWER, J. Comparative education methodology in transition: towards the study of complexity? In: _____. (Ed.). *Discourse formation in comparative education*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2000. p. 3-51.

_____. Educación comparada: un gran programa ante nuevos desafíos. In: _____. (Comp.). *Formación del discurso en la educación comparada*. Barcelona: Ediciones Pomares, 2002. p. 13-38.

SILVA, V. B. da. Os manuais pedagógicos em Portugal e no Brasil, de 1870 a 1970: um estudo sobre a constituição do ensino como objeto de ensino. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, n. 29, p. 137-150, 2006c. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/revista/>>. Acesso em: 3 mar. 2007.

_____. Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29., 2006, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEd, 2006b. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT02-2060--Int.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2007.

_____. *Saberes em viagem nos manuais pedagógicos*: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970). São Paulo, 2006. 400 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006a.

SILVA, V. B. da; CORREIA, A. C. L. Uma história de leituras para professores: manuais pedagógicos, formação docente e construção de identidades profissionais em Portugal e no Brasil (1930-1970). In: CONGRESSO DA HISTÓRIA DO LIVRO E DA LEITURA NO BRASIL, 2., 2003, Campinas. *Anais...* Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 2003. p. 310-311.

_____. Saberes em viagem nos manuais pedagógicos (Portugal-Brasil). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 613-632, set.-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a06v34123.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2007.

SILVA, V. B. da; VICENTINI, P. P. Os professores frente às (des)igualdades: um estudo sobre as representações de êxito e fracasso escolar nos manuais pedagógicos no Brasil e em Portugal. In: COLÓQUIO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, 7., COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, 3., 2006, Braga. *Anais...* Braga: Universidade do Minho, 2006. p. 168-168.

SOUZA, C. P. de. As posições do Brasil e de Portugal nas estatísticas da UNESCO (1946-1960). In: SEMINÁRIO IASI DE ESTATÍSTICA APLICADA (Instituto Interamericano de Estatística), 9., 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. *Infância, pedagogia e escolarização*: a mensuração da criança transformada em aluno, em Portugal e no Brasil (1880-1960). Lisboa: Educa, 2004a (Cadernos Prestige, 23).

_____. Números da educação primária em perspectiva histórico-comparada: Portugal e Brasil nas estatísticas da UNESCO (1946-1960). In: CONGRESSO LUSO-

-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2004, Évora. *Anais...* Évora: Universidade de Évora, 2004b.

_____. Os organismos internacionais e o campo educacional: as posições de Brasil e Portugal nas estatísticas da UNESCO (1946-1972). In: CANDEIAS, António (Org.). *Modernidade, educação e estatísticas na Ibero-América nos séculos XIX e XX: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza*. Lisboa: Educa, 2005. p. 17-52 (Coleção Educa-História).

_____. A Escola de massas em Portugal e no Brasil nas estatísticas da UNESCO: um estudo histórico comparado (de 1946 aos anos 60) In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 6472-6483. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/eixo9.htm>> Acesso em: 01 mar. 2007.

SOUZA, D. B. de; MARTÍNEZ, S. A. O estado do conhecimento em educação comparada Brasil-Portugal (1986-2006). In: _____. (Org.). *Educação comparada: rotas de além-mar*. São Paulo: Xamã, 2009. p. 167-218.

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo – 1890-1910*. São Paulo: UNESP, 1998.

TRINCHÃO, G. M. C. O desenho no espaço escolar luso-brasileiro do século XIX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2006. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/apresentacao.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2007.

VENTURA, A.; DIAS, C.; PARDAL, L. (Org.). *Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual*. Campinas: Autores Associados, 2004 (Coleção Educação Contemporânea).

VICENT, G. *L'école primaire française*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980.

VICENTINI, P. P.; SILVA, V. B. da. Os professores frente às diferenças: um estudo sobre as construções da vida escolar nos manuais pedagógicos portugueses e brasileiros (1870-1970). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 2.857-2.867. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/apresentacao.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2007.

WARDE, M. J.; CARVALHO, M. M. C. de. Política y cultura en la formación de la historia de la educación en Brasil. In: POPKEWITZ, Thomas; FRANKLIN, Barry; PEREYRA, M. (Comp.). *Historia cultural y educación: ensayos críticos sobre conocimiento y escolarización*. Barcelona: Ediciones Pomares, 2003. p. 102-124.

Endereço para correspondência:

Silvia Alicia Martínez
Av. Alberto Lamego, 2000 – CCH, UENF, sala 202
Campos dos Goytacazes
Rio de Janeiro-RJ
CEP: 28.013-602
E-mail: silvia-martinez@hotmail.com

Donaldo Bello de Souza
Rua São Francisco Xavier, 524, 12º andar, Sala 12.018-A
Maracanã
Rio de Janeiro-RJ
CEP: 22.250-060
E-mail: donaldosouza@hotmail.com

Recebido em: 18 maio 2010

Aprovado em: 26 nov. 2010